

A ORIGEM,  
TRAJETÓRIA E  
IDENTIDADE

DO CURSO DE  
COMÉRCIO NO  
RIO GRANDE  
DO NORTE

# A Origem, Trajetória e Identidade do Curso de Comércio no Rio Grande do Norte

Autor

Abinoam Soares da Silva

Orientador

Prof. Dr. Luís Gomes de Moura Neto

Projeto Gráfico e diagramação

Lázaro Tiago Axiole de Souza

Revisão Linguística

Laianni Vitória Cosme e Silva

## FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca IFRN – Campus Mossoró

S586

Silva, Abinoam Soares da

A origem, trajetória e identidade do curso de Comércio no Rio Grande do Norte / Abinoam Soares da Silva, Luís Gomes de Moura Neto. – Mossoró, RN, 2023.

71 f.

Produto Educacional integrante da Dissertação: Reflexões acerca da origem, da trajetória e da identidade do curso de Comércio no Rio Grande do Norte. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2023.

1. Curso Técnico em Comércio 2. Identidade 3. História  
4. Educação Profissional 4. I. Moura Neto, Luís Gomes de  
II. Título

CDU: 377(813.2) (0.078)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária  
Elvira Fernandes de Araújo Oliveira CRB15/294





# SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO** ..... 01

**INTRODUÇÃO**.....02

## **CAPÍTULO I**

HISTÓRIA DO CURSO DE COMÉRCIO EM PORTUGAL.....03

## **CAPÍTULO II**

O ENSINO DE COMÉRCIO NO BRASIL.....17

## **CAPÍTULO III**

EDUCAÇÃO COMERCIAL NO RIO GRANDE DO NORTE.....30

## **CAPÍTULO IV**

O CURSO DE COMÉRCIO NO ENSINO PROFISSIONAL.....50

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** .....63

**REFERÊNCIAS**.....64

# APRESENTAÇÃO

Este e-book apresenta uma trajetória histórica acerca da educação comercial. Refere-se a um produto educacional exigido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, o qual foi aplicado com os alunos do Curso Técnico de Comércio Integrado, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN / campus Natal Zona Norte. Constitui, pois, o resultado final da pesquisa intitulada: A Origem, Trajetória e Identidade do Curso de Comércio no Rio Grande do Norte.

O ProfEPT é um mestrado Profissional em rede e tem como objetivo proporcionar uma formação em Educação Profissional e Tecnológica – EPT aos profissionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT) e aos demais profissionais que se interessem pela temática. A formação, em nível de mestrado, tem como requisito (para a obtenção do título de mestre) a escrita de um texto dissertativo e a elaboração de um produto educacional que aborde a relação da educação profissional com o mundo do trabalho, objetivando a produção de conhecimentos e a formação continuada dos profissionais da RFEPT.

O programa de mestrado em foco possui duas linhas de pesquisa: 1 – Práticas educativas em educação profissional e tecnológica; e 2 - Organização e memórias de espaços pedagógicos na educação profissional e tecnológica, sendo essa última a linha na qual nosso produto e pesquisa está inserido.

O e-book está dividido em quatro capítulos. O primeiro aborda a concepção das Aulas de Comércio na conjuntura política, econômica e educacional na Portugal do século XVIII; o segundo capítulo, por sua vez, aborda o ensino comercial no Brasil desde a chegada da coroa portuguesa à era republicana.

Na terceira parte, abordaremos, de forma concisa, as origens da educação comercial no Rio Grande do Norte. Por fim, trataremos como proposta de discussão o curso de comércio no contexto da Educação Profissional e tecnológica – EPT.

# INTRODUÇÃO

Iniciamos este produto educacional, sob o formato de e-book, informando o seu objetivo e trazendo alguns esclarecimentos acerca do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, no qual nossa pesquisa está inserida.

Por conseguinte, o presente material didático traz discussões que envolvem a educação comercial sendo desenvolvida para atender aos alunos do Curso Técnico Integrado Regular em Comércio do ensino médio do IFRN - Campus Natal Zona Norte, porém julgamos que esta intervenção pedagógica pode ser reproduzida em outras instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT, servindo como subsídio para outros estudos e pesquisas aos interessados nessa temática. O propósito é apresentar alguns aspectos da trajetória histórica da educação comercial a partir da análise documental e bibliográfica, utilizando os conceitos da História da Educação, de modo a possibilitar o estudo de elementos da cultura escolar e da formação dos profissionais do comércio.

O produto apresenta a trajetória dessa modalidade de ensino iniciada de forma empírica, desde os primórdios do século XVIII até sua profissionalização. No decorrer dos tempos, tal modalidade foi direcionada às classes menos favorecidas, bem como às elites, dependendo dos contextos social e político, expondo a dualidade estrutural adaptável existente na sociedade a depender da conjuntura, com a proposta de educar as pessoas e promover o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, abordamos a concepção das Aulas de Comércio na conjuntura política, econômica e educacional na Portugal do século XVIII, considerando o ensino comercial no Brasil desde a chegada da corte lusitana à era republicana. Assim, de forma concisa, trazemos as origens da educação comercial no Rio Grande do Norte como uma proposta de discurso acerca do curso de comércio no contexto da Educação Profissional e tecnológica – EPT e dessa forma compreender a trajetória e importância do Ensino comercial, bem como dos profissionais por ela formados, para a história da educação.



# CAPÍTULO I

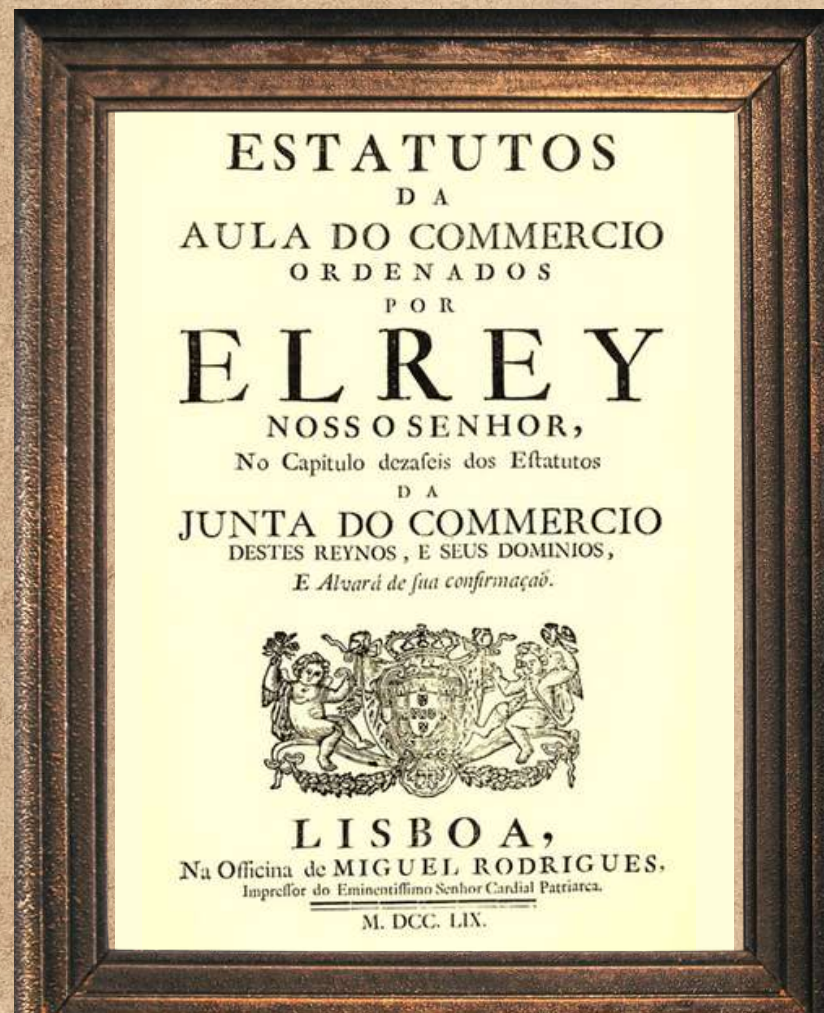
## HISTÓRIA DO CURSO DE COMÉRCIO EM PORTUGAL



As aulas de comércio em Portugal foram reconhecidas por historiadores como o primeiro curso técnico profissionalizante na Europa.



Figura 1  
Estatutos da Aula de  
Comércio (1759)



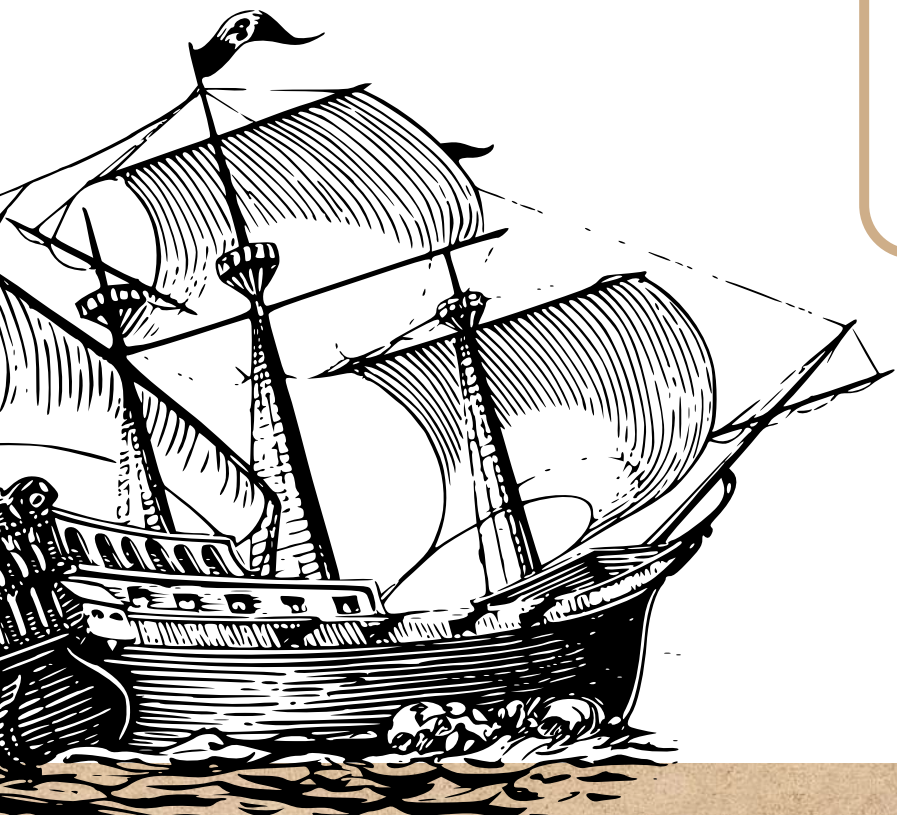
Fonte: Restos de colecção, 2012.

[Saiba mais!](#)

## ORIGEM

O Ensino Comercial tem origem nas aulas de comércio do continente europeu no século XVIII, especificamente as instituídas em Portugal na Reforma Pombalina de **1759**, quando ocorreu no país uma mudança extrema nos contextos econômico e educacional, mediante o movimento reformista do Marquês de Pombal. Na análise de Leôncio Bausbaum (1957) sobre a situação econômica e política dos países colonizadores, fica claro a posição de Portugal frente às demais potências da época:

Como nação, continuava Portugal um país pobre, sem capitais, quase despovoado, com uma lavoura decadente pela falta de braços que a trabalhassem, pelas relações de caráter feudal ainda existentes, dirigido por um Rei absoluto, uma nobreza arruinada, quase sem terras e sem fontes de renda, onde se salientava uma burguesia mercantil rica mas politicamente débil, preocupada apenas em importar e vender para o estrangeiro especiarias e escravos e viver no luxo e na ostentação (BAUSBAUM, 1957, p. 48-49).





## QUADRO 1 - MOTIVAÇÃO DE PORTUGAL PARA IMPLANTAR A REFORMA POMBALINA

**Nação  
descapitalizada**



**Falta de mão  
de obra**

**Economia em  
profunda crise**



**Relação feudal  
de trabalho**

**Baixo  
povoamento**



**Nobreza  
falida**

**Agricultura  
decadente**



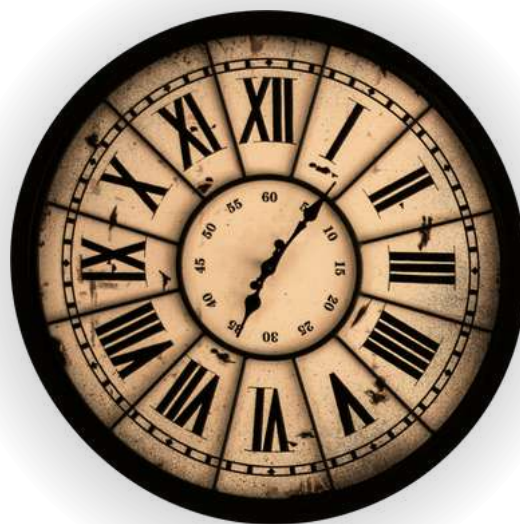
**Ameaça  
burguesa**

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Bausbaum, 1957

Segundo Maxwell (1996), neste período, o então rei de Portugal, D. José I, nomeia para seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, e caminha no sentido de recuperar a economia do poder real e modernização da cultura portuguesa, o que reforça o Pacto Colonial e inicia, assim, uma tentativa de transformação no século XVIII.

**Saiba mais!**

Tais reformas visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista, seguindo o exemplo da Inglaterra, além de adaptar sua maior colônia, o Brasil, a fim de acomodá-la à nova ordem pretendida em Portugal. Assim, a ideia de pôr o reinado português em condições econômicas tais que lhe permitissem competir com as nações estrangeiras era talvez a mais forte razão das reformas pombalinas (SECO; AMARAL, 2006).



CONTINUE...



## QUADRO 2 - PRETENSÃO PORTUGUESA COM A REFORMA POMBALINA



Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Cabral, 2011; Magalhães, 2010

Nesse sentido, a reforma implementada pelo Marquês de Pombal foi a grande promotora da reestruturação ocorrida no século XVIII em Portugal, com ênfase na reformulação educacional em busca do fortalecimento da economia diante da sistematização do ensino de nível elementar e secundário, destinadas à superação do atraso econômico e cultural.



Conforme pontua Castro (1982), Portugal passou por diferentes momentos econômicos, desde sua destacada competência e superioridade técnica naval do século XV à decadência no comércio com as Índias no século XVI e o ciclo de prosperidade com o ouro brasileiro no século XVII.

No século XVIII, quando comparados aos comerciantes ingleses e franceses, os comerciantes portugueses eram tidos como inferiores, sendo as funções contábeis e administrativas das empresas comerciais desenvolvidas por estrangeiros, haja vista que o governo português carecia de infraestrutura contábil e organizacional. Desta feita, para suprir essa carência, foram criadas as aulas de comércio.

Sendo assim, a Aula de Comércio lusitana foi primariamente instituída pelo decreto de 30 de setembro de 1755, que também estabeleceu a Real Junta do Comércio do Reino e seus Domínios, mas foi somente efetivamente organizada quando recebeu seus estatutos em 1759. Essa defasagem de quase quatro anos é explicada devido ao terremoto de primeiro de novembro de 1755 que deixou Lisboa destruída.

A Aula de Comércio propositava formar negociantes com a instrução das disciplinas de Caligrafia, Contabilidade, Escrituração Comercial e Línguas Modernas, visando reduzir o atraso na indústria e a decadência do comércio, que apresentava um número baixíssimo de comerciantes portugueses e incultos, e com isso elevar a capacidade de Portugal poder competir econômica e financeiramente com os outros países europeus (CABRAL, 2011).

Outro objetivo era promover a ascensão social da classe comercial. Conforme Chaves (2006), essas mudanças, conduzidas pela política reformista e ilustrada do Marquês de Pombal, foram fundamentais para integrar mercadores e negociantes ao seio da sociedade setecentista e retirou deles a mácula de pertencer a extratos sociais inferiores, marcados pelo defeito dos ofícios mecânicos.



A Aula de Comércio era uma escola estatal e laica, financiada pela Junta de Comércio, sendo agente do reforço do poder do Estado. Segundo Santana (1989, p. 27), aspectos culturais, políticos e econômicos levaram à instituição de uma escola destinada a preparar negociantes habilidosos, guardalivros eficazes e funcionários competentes.

Nesse sentido, com os estatutos aprovados, Aula lisboeta foi pautada pelo sucesso, seja pelo elevado número de aulistas que a frequentaram, seja pela reserva de mercado garantida aos seus diplomados (Carta de Lei de 30 de agosto de 1770). Segundo Ratton (1813), dada a importância da Aula do Comércio de Lisboa, o Rei D. José I, por vezes, foi assistir aos exames dos alunos acompanhado de sua corte.

[Saiba mais!](#)

#### VÍDEO 1 : COMO UM TERREMOTO, UM TSUNAMI E VÁRIOS INCÊNDIOS DESTRUÍRAM LISBOA EM 1755



Fonte: Canal História e Tu, 2011



FIGURA 2 - EDIFÍCIO DA AULA DO COMÉRCIO (1759-1768) – PALÁCIO DOS SOARES NORONHA



Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa- ( Fotográfico (AMLF), 1894.

Saiba mais!



A criação da Aula de Comércio pode ser entendida como uma forma de suprir esta carência contábil e organizacional, uma vez que visava “melhorar a economia através do controle administrativo e da modernização no método, processos e suportes de escrituração e contabilidade mercantil” (MAGALHÃES, 2010, p. 114).

Sendo assim, a Aula de Comércio, funcionando sob a alçada da Junta do Comércio, poderia capacitar e credenciar profissionais comerciais portugueses, orientados para a organização de rotinas contábeis e comerciais, de perfil exclusivamente pragmático, os quais deixariam de depender dos estrangeiros, atendendo às necessidades pragmáticas da execução mercantilista.

De acordo com Azevedo (1961), apesar da deficiência estrutural nacional, as aulas de comércio em Portugal foram reconhecidas por historiadores como o primeiro curso técnico profissionalizante na Europa, mesmo que outros formatos de cursos mercantis já fossem praticados em outras nações como França, Inglaterra e Itália desde o século XVII.

Portanto, a diferença entre tais formatos estava centrada em duas características que marcavam essa modalidade de instrução técnica-profissionalizante e que estariam presentes nas aulas de comércio introduzidas no Brasil a partir de 1809, conforme aponta Chaves (2008):

Quadro 3 - Características da Aula de Comércio

PRÁTICA	TEORIA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	FORMAÇÃO PROPEDÊUTICA
PRÁTICA CONTÁBIL	PRODUÇÃO LITERÁRIA COMERCIAL

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Chaves, 2008.

Nesse contexto, segundo Silva Cloclet (2003), as reformas pombalinas no âmbito da educação passavam pela valorização da instrução e da experiência para a formação do homem público moderno, dentro das perspectivas educacionais europeias, uma educação comprometida com as ideias de progresso e racionalidade. Visavam, portanto, a formação de corpo mercantil mais bem definido, instituindo o “foro de nobreza” para os negociantes. A instrução técnica, obrigada aos mercadores, visava, principalmente, instruir as novas gerações e, por essa razão, dava-se preferência às matrículas dos filhos de negociantes para as aulas de comércio.

Naturalmente, uma instituição com tal reconhecimento merecia ser “multiplicada pelo país se as circunstâncias o permitissem ou o impusessem” (SANTANA, 2012, p. 26). Sob a regência de D. João, futuro D. João VI, se efetivou a criação de outras Aulas do Comércio em Portugal.

A primeira Aula a ser instituída no período pós-pombalino foi a de Faro, a que coube a estreia do ensino comercial, por meio da criação da Aula do Comércio do Reino do Algarve (1791). A Aula nortenha introduziu diversas novidades quando comparada à Aula de Lisboa, nomeadamente, o ensino das línguas vivas, por serem cruciais para a compreensão da literatura mercantil estrangeira para a negociação com os países do norte da Europa.

Em seguida, surge a Aula do Comércio do Porto (1803), integrada à Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto, segunda cidade onde a atividade comercial era mais importante, “não possuindo, no entanto, uma escola onde se ministrassem os conhecimentos elementares de comércio.” (PEREIRA, 2001, p. 277). O quadro, abaixo, expõe as Aulas do Comércio instituídas por Portugal de 1759 a 1821:



1759  
1821

## Quadro 4 - Aulas de Comércio fundadas entre 1809 e 1821 em Portugal

Cronologia	Início das Aulas	Instituição	Observações
1	1759	Aula do Comércio de Lisboa	João Henrique de Sousa foi o primeiro professor. A contabilidade por partidas dobradas era ensinada no terceiro ano; o curso tinha duração de três anos.
2	1791	Aula do Comércio de Faro	Pedro Guilherme da Fonseca foi o primeiro professor.
3	1803	Aula do Comércio do Porto (integrada a Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto)	José Honório Guerner foi o primeiro professor. José havia sido aluno diplomado pela Aula do Comércio de Lisboa e era bacharel formado pela Universidade de Coimbra (GONÇALVES, 2011).

Fonte: Adaptado de Duarte; Gonçalves e Góis, 2021





## FIGURA 3 - TIMELINE DA ESCOLA ATÉ OS DIAS ATUAIS



Fonte: ULISBOA, 2023.

Em vista do percurso histórico acerca do ensino comercial em Portugal, percebe-se a importância da Reforma Pombalina para o progresso da área no Brasil, que chegaria em terras brasileiras com a Família Real em 1808, quando, mediante o cenário das Guerras Napoleônicas, aconteceria o desembarque da coroa portuguesa, que trouxe na bagagem a expertise mercantilista do continente europeu e ocasionaria mudanças econômicas e socioculturais na colônia. Assim começa uma nova fase do ensino comercial, voltado às necessidades de desenvolvimento do comércio na nova sede do império português na colônia brasileira.





# CAPÍTULO II

## O ENSINO DE COMÉRCIO NO BRASIL



A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, mudou a condição do Brasil, que deixou de ser colônia para se tornar a sede do Reino. Em vista disso, ocorreram, aqui, transformações econômicas e políticas significativas durante as primeiras décadas do século XIX. Conforme Manfredi (2002), essa mudança elevou a complexidade do contexto social, econômico e político brasileiro, forçando o suprimento de necessidades inexistentes anteriormente.

Do ponto de vista econômico, extinguiram-se as relações de intercâmbio e de exploração características do modelo Metrópole-Colônia. A economia brasileira deixou de ser fundamentada apenas na agroindústria e iniciou-se a implantação de atividades e de empreendimentos industriais estatais e privados para subsidiar o comércio.

Logo após o aporte em terras brasileiras, D. João estabeleceu inicialmente a estruturação administrativa, política e social da nova sede. Durante curta permanência na Bahia e dentro do conjunto de medidas administrativas de cunho econômico, decretou em 28 de janeiro a abertura dos portos aos países estrangeiros, rompendo com o regime de pacto colonial para um sistema de livre comércio.

Figura 4 - D. João VI



Fonte: Domínio público, 2022.

No Rio de Janeiro, várias ordens régias e leis estabeleceram procedimentos para a instalação do poder real, tanto pelo estabelecimento e replicação de algumas instituições existentes em Lisboa quanto por meio da criação de novas adaptações à realidade local, fundando secretarias de governo e nomeando seus ministros de Estado responsáveis por cada pasta.

Ainda dentro da estruturação, fundou-se a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação no Rio de Janeiro, constituída pelo alvará de 23 de agosto de 1808. Essa instituição era organizada para funcionar como um tribunal superior régio, e acumulava funções judiciais e administrativas, uma vez que sua organização compreendia o Tribunal, a Secretaria e a Contadoria, as Mesas de Contribuição e Inspeção, além da compreendia o Tribunal, a Secretaria e a Contadoria, as Mesas de Contribuição e Inspeção, além da

## VÍDEO 2 : Vinda da família real para o Brasil,



Fonte: História Direto ao Ponto, 2020.



Aula de Comércio (LOPES, 1959). Nesse sentido, visando atender ao mercado com a qualificação de mão de obra especializada para atender as atividades comerciais, foi instituída pelo alvará de 15 de julho de 1809 a Aula de Comércio da Corte e a Escola de Comércio, ambas no Rio de Janeiro. A criação dessas primeiras aulas de comércio, organizada pela Junta de Comércio, se encontrava nas províncias do Maranhão em 1816 e em outras duas importantes praças mercantis: Salvador em 1815 e Recife em 1821 (ARAUJO e RODRIGUES, 2013), conforme a seguir:

**Quadro 5 - Aulas do Comércio fundadas entre 1809 e 1821 no Brasil**

<b>Cronologia</b>	<b>Fundação</b>	<b>Início das Aulas</b>	<b>Instituição</b>	<b>Localização</b>	<b>Observações</b>
<b>1</b>	<b>1809</b>	<b>1811</b>	<b>Aula do Comércio do Rio de Janeiro</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>José António Lisboa, antigo aluno da Aula do Comércio de Lisboa, foi o professor nomeado para a docência. Ao tomar posse, foi informado pela Junta do Comércio que deveria seguir os estatutos da Aula do Comércio de Lisboa.</b>
<b>2</b>	<b>1814</b>	<b>1815</b>	<b>Aula do Comércio da Baía</b>	<b>Salvador</b>	<b>O primeiro professor foi Genuíno Barbosa Betâmio.</b>
<b>3</b>	<b>1814</b>	<b>1816</b>	<b>Aula do Comércio do Maranhão</b>	<b>São Luís</b>	<b>Francisco Justiniano da Cunha, ex-aluno da Aula do Comércio de Lisboa, foi o professor designado.</b>
<b>4</b>	<b>1821</b>	<b>1821</b>	<b>Aula do Comércio de Pernambuco</b>	<b>Recife</b>	<b>Francisco Justiniano da Cunha foi o professor nomeado</b>

Fonte: Elaborada pelo autor, adaptado de Duarte; Gonçalves; Góis. 2021.



Desse modo, estabelecida a Aula de Comércio, sua concepção esteve associada ao pensamento ilustrado português da época, influenciado pelo movimento realizado, principalmente na Inglaterra e França, que via nos investimentos aplicados na educação uma forma de desenvolver a economia e explorar os recursos naturais.

Com duração de três anos, em 1809, foi estabelecida, no Rio de Janeiro, a primeira Aula Pública de Comércio. O cronograma de estudos dessa aula, que visava preparar “[...] os filhos dos comerciantes e da burguesia em geral” (SOARES 2007, p. 45), para a admissão, exigia apenas leitura, escrita e as quatro operações básicas e era estruturado da seguinte maneira:

**Quadro 6 -Estrutura das Aulas do Comércio**

ANO	DISCIPLINA	AUTOR	OBRA
1º	Aritmética, Álgebra e geometria	Étienne Bézout	Elementos de Arithmetica
2º	História do Comércio Atuação: agricultura, mineração, artes mecânicas, artes liberais, pesca e caça Ramos: Colônias, navegação, moedas, câmbios e seguros Legislação: Leis gerais.	Manoel Teixeira Cabral de Mendonça	O Guarda Livros Moderno – Tomo I
	Geografia	Manoel Inácio Lisboa	Folheto reduzido
3º	Partidas dobradas	Manoel Teixeira Cabral de Mendonça	O Guarda Livros Moderno – Tomo II
	Economia Política	José da Silva Lisboa	Princípios de Economia Política

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de CHAVES, 2008

O livro de José da Silva Lisboa (1950), *Princípios de Economia Política*, o livro de Manoel Teixeira Cabral de Mendonça (1823), *O Guarda Livros Moderno*, eram as duas referências bibliográficas mais importantes para o curso e em língua portuguesa. No caso da primeira obra, publicada em 1804 em Lisboa, é importante lembrar que era um trabalho de referência dentro do pensamento econômico luso-brasileiro.

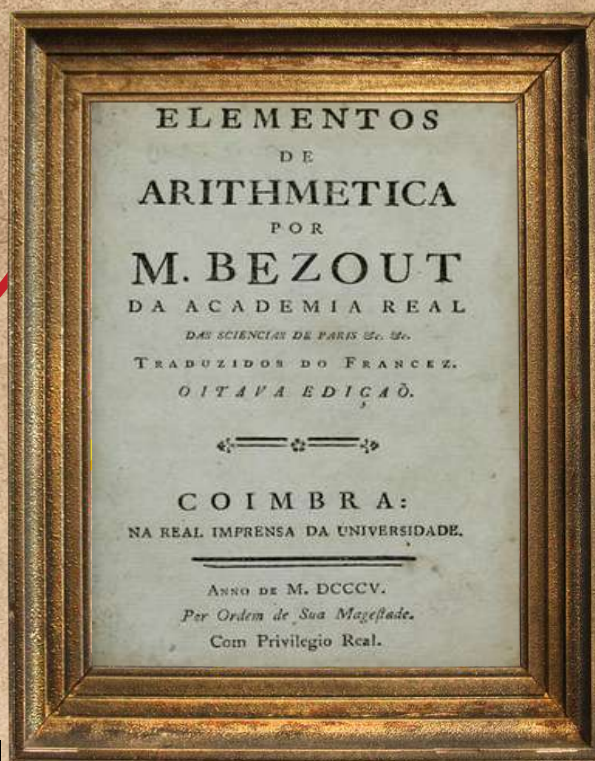
Figura 5 - José da Silva Lisboa – Visconde de Cairu



Fonte: BNDigital, 2020.

[Saiba mais!](#)

Figura 6 - Livro *Elementos de Arithmetica*



Fonte: Livraria Alfarrabista  
Manuel Ferreira, 2023.

[Saiba mais!](#)

Figura 7 - Livro *Princípios de Economia Política*



Fonte: Open Library, 2023.

[Saiba mais!](#)



Figura 8 - O Guarda Livros Moderno



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Saiba mais!



Essas aulas de comércio sofreram uma primeira regulamentação por parte do governo do Império em 1846, quando o gerenciamento destas foi deslocada para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império pelo Decreto n.º 456, de 6 de julho, que atualizou normativos para a instituição. Na década seguinte, as Aulas de Comércio foram transformadas no Instituto Comercial do Rio de Janeiro, denominação de um curso de estudos formado pela Aula de Comércio da Corte, com a edição do Decreto n.º 1.783 de 14 de maio de 1856, e que dispõe sobre o estatuto do curso assinado por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. De acordo com Peleias (2007), o conteúdo foi distribuído em quatro cadeiras, sendo a primeira de Contabilidade e Escrituração Mercantil. A comparação desse estatuto com o regulamento contido no Decreto nº. 456/1846 revela a profundidade das mudanças promovidas na Aula de Comércio.

Figura 9 -Luís Pedreira do Couto Ferraz

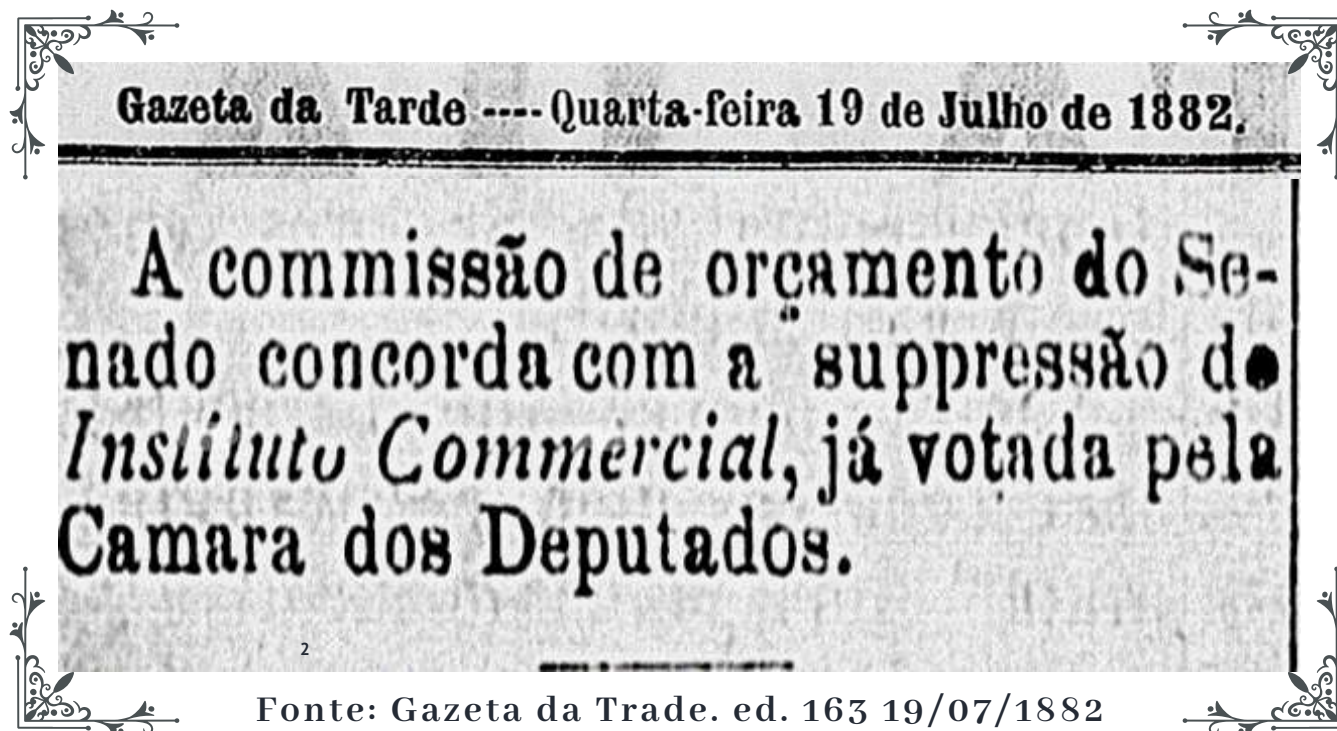


Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - BBM USP. 2023

**Saiba mais!**

Após essas mudanças, fatos importantes ocorreram e afetaram a educação comercial. Em 1850, ocorreu a promulgação do Código Comercial do Império Brasileiro, por Dom Pedro II, pela Lei nº 556, de 25 de junho, que estabelece a obrigatoriedade da escrituração e do levantamento de balanço nos cálculos comerciais. Ainda no mesmo ano foi extinto o tráfico de escravos no Brasil, o que proporcionou a liberação de capitais, dando origem a uma intensa atividade de negócios e de especulação para as condições da época. Nesse cenário, na segunda metade do século XIX, ocorreu uma reorganização do ensino comercial brasileiro, em que diversos decretos modificaram a estrutura do Instituto Comercial do Rio de Janeiro mediante as necessidades do mercado observadas pelo império, culminando no fechamento do Instituto Comercial em 19 de julho de 1882.

Figura 10 - Manchete do jornal Gazeta da Tarde (1882)



[Saiba mais!](#)

Após esse período, iniciou-se uma nova fase para o ensino, conforme Bielinski (2000), no início do século XX, vista da expansão comercial do país e das exigências de caráter administrativo, surgiu a necessidade de organizar o ensino comercial, de maneira uniforme, em todo o país. Logo, em 1902, foram criadas a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo, mas com aulas diurnas e mensalidades.

Em 1905, por intermédio da Lei n. 1.339, eram reconhecidos pelo Governo Federal, com validade em todo o território nacional, os diplomas conferidos pelas duas instituições. Com isso, implicitamente se reconheciam, também, os Cursos Geral e Superior de Comércio, por elas ministrados, e os planos de estudos como padrões a serem imitados.

Nesse contexto de profissionalização educacional nos primórdios do século XX, a educação comercial no Brasil sofreu uma guinada diante da perspectiva de modernização da legislação referente a esse modelo de ensino, tendo como marco principal o Decreto n.º 1.339, de 9 de janeiro de 1905, que reconhece a Academia de Comércio do Rio de Janeiro como instituição de utilidade pública e tem seus diplomas validados pelo poder executivo, sendo essa regulamentação adotada pelas demais escolas comerciais instaladas no Brasil. Outros documentos foram significativos ao ensino comercial, sejam eles:

# Século XX





## Quadro 7 - Legislação Aplicada ao Ensino Comercial no Brasil

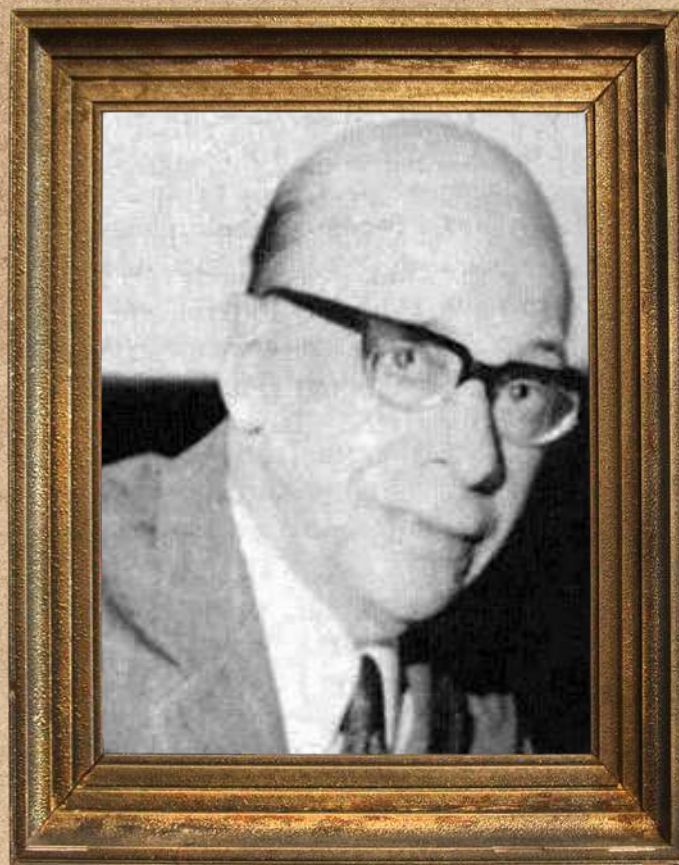
Legislação	Título	Composição
Decreto n.º 4.724-A de 23 de agosto de 1923	Equipara os diplomas da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas e de outras instituições aos da Academia de Commercio do Rio de Janeiro.	Equipara os diplomas da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas e de outras instituições aos da Academia de Commercio do Rio de Janeiro e dá outras providências.
Decreto n.º 17.329 de 28 de agosto de 1926	Regulamento para os estabelecimentos de Ensino Técnico Comercial oficialmente reconhecidos pelo governo federal.	Composto por 19 Artigos. Reconhece os cursos de caráter geral, superior e especialização, concedendo ao primeiro o título de contador e ao segundo o de graduado em ciências econômicas e comerciais.
Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930	Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.	Composto por 8 Artigos. Anexou a sua estrutura a Superintendência dos Estabelecimentos do Ensino Comercial.
Decreto n.º 20.158 de 30 de junho de 1931	Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.	Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e estrutura o ensino comercial com um curso propedêutico e os cursos técnicos, um curso superior de administração e finanças e de um curso elementar de auxiliar do comércio.
Decreto-Lei n.º 6.141 de 28 de dezembro de 1943	Lei Orgânica do Ensino Comercial.	Estabelece as bases de organização e de regime do ensino comercial
Decreto-Lei n.º 6.142 de 28 de dezembro de 1943	Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do ensino comercial	Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do ensino comercial
Decreto n.º 14.373 de 28 de dezembro de 1943	Regulamento da Estrutura dos Cursos de Formação do Ensino Comercial.	Regulamento da Estrutura dos Cursos de Formação do Ensino Comercial
Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971	Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.	Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e promoveu transformações significativas na atuação do ensino comercial.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).



Este conjunto de decretos de 28 de dezembro de 1943 ficou conhecido como Leis Orgânicas da Educação Nacional – ou Reforma Capanema, alusiva e assinada pelo então Ministro Gustavo Capanema. A partir dela, o ensino comercial passou a ser dividido entre cursos de formação, continuação e aperfeiçoamento.

**Figura 11 - Gustavo Capanema Filho**



Fonte: TCU, 2023

[Saiba mais!](#)



Dentro dos cursos de formação, encontram-se os cursos técnicos, divididos em curso de comércio e propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado. As reformas do período (1931-1943), realizadas na Era Vargas, foram propulsoras do ensino comercial, quando este recebeu maior atenção por parte do Estado, e representam a síntese da política educacional para essa modalidade de ensino no Brasil.

O conjunto desses Decretos–Lei evidencia a importância que passou a ter a educação dentro do país e, em especial, a educação profissional, pois foram definidas leis específicas para a formação comercial.

Estas legislações contribuíram de forma decisiva para a grande expansão das escolas de comércio, ocorrida nas décadas de 1950 e 1960, período do ápice do ensino comercial de nível médio no Brasil. Outro ponto crucial se dá com a edição da Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e promoveu transformações significativas na atuação do ensino comercial.

As inúmeras reformas e decretos referentes ao ensino comercial, ao longo da primeira metade do século XX, podem ser compreendidas em paralelo ao aumento da necessidade de profissionais do comércio para atuarem em instituições públicas e privadas do país. Mediante isso, inúmeras escolas de comércio foram criadas nos diferentes estados brasileiros (SILVA, 2019).







# CAPÍTULO III

## EDUCAÇÃO COMERCIAL NO RIO GRANDE DO NORTE

Em 1960, o estado do Rio Grande do Norte chegou a ter 32 estabelecimentos de ensino comercial e cerca de 3000 alunos matriculados

Figura 12- Natal do Grande Ponto e da mítica Avenida Deodoro



Fonte: Papo Cultura



## EDUCAÇÃO COMERCIAL NO RIO GRANDE DO NORTE

Assim como ocorreu em outros estados do Brasil, no Rio Grande do Norte a expansão mercantil ocasionou a necessidade de profissionais de escrituração e, conseqüentemente, a abertura de instituições de ensino específicas. Evidencia-se, todavia, o cunho privado dessas escolas e a sua ligação aos movimentos religiosos e assistencialistas.

Ressalta-se, ainda, que o estado chegou a ter 32 escolas de ensino comercial e 2.737 alunos matriculados em 1960 (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1960, p.11).

Figura 13 -  
Manchete do Jornal  
Correio da Manhã,  
1960, p.11

Saiba mais!

Fonte: BNDigital, 2021.



Nesse contexto, houve a publicação, pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no ano de 1946, dos denominados “Estabelecimentos de Ensino Comercial Existentes no Brasil – 1946”, em que foram apontadas as entidades em funcionamento no país, distribuídas nos estados, nessa modalidade de ensino. Nesse sentido, considerou-se oportuno apresentar uma nova versão desse material, dessa vez contendo o recorte das instituições instaladas, à época, no Rio grande do Norte.

**Quadro 8 - Estabelecimentos Comerciais em 1946 no Rio Grande do Norte**

<b>ESCOLA</b>	<b>Localização</b>
<b>Escola Técnica de Comércio Imaculada Conceição</b>	<b>Natal</b>
<b>Escola Técnica de Comércio de Natal</b>	<b>Natal</b>
<b>Escola Técnica de Comércio Nossa Senhora das Neves</b>	<b>Natal</b>
<b>Escola Técnica de Comércio Nossa Senhora das Vitórias</b>	<b>Açú</b>
<b>Escola Técnica de Comércio Sta. Terezinha do Menino Jesus</b>	<b>Caicó</b>
<b>Escola Técnica de Comércio Santo Antônio</b>	<b>Natal</b>
<b>Escola Técnica de Comércio Sete de Setembro</b>	<b>Natal</b>
<b>Escola Técnica de Comércio União Caixeiral</b>	<b>Mossoró</b>

[Saiba mais!](#)

Fonte: MESP/INEP, 1946.

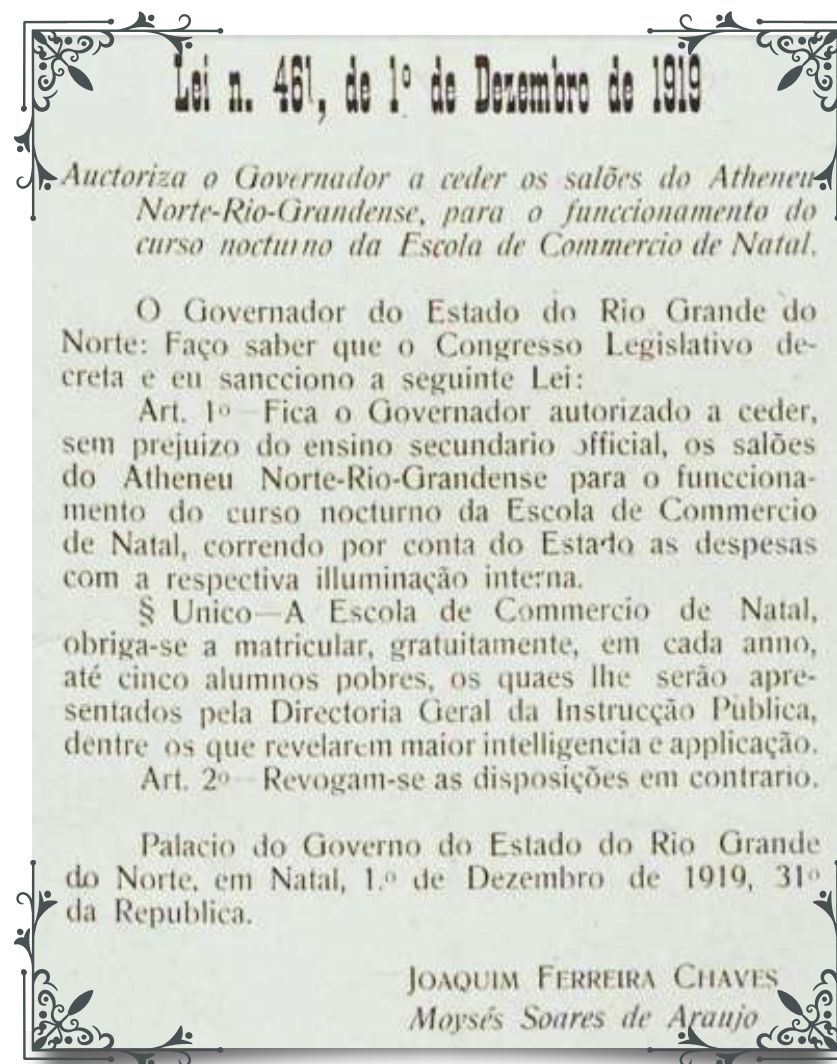


Nesta conjuntura, destaca-se a Escola de Comércio de Natal, inaugurada em 8 de setembro de 1919, a qual teve como mantenedora inicial a congregação Mariana e idealizador Ulysses Celestino de Góis, ganhando personalidade jurídica por meio do nascimento da Sociedade de Ensino Profissional em 1º de dezembro de 1921.

O funcionamento foi autorizado pela Lei Estadual nº 461, de 1º de dezembro de 1919, na gestão do Governador Ferreira Chaves, e teve sua utilidade pública reconhecida por meio do Decreto nº 498, de 30 de novembro de 1920, sendo subvencionada ao Ministério da Justiça pela Lei Federal nº 4.242 de 5 de janeiro de 1921.



Figura 14 - Lei Nº 461/1919 – RN.



[Saiba mais!](#)

Fonte: LABIM/UFRN, 2023.

Instalou-se, primeiramente, nas dependências do prédio do Atheneu Norte-Rio-Grandense, situado na rua Junqueira Aires, no bairro da Cidade Alta, permanecendo até 30 de abril de 1926, quando foi transferida para sede própria lograda na rua João Pessoa, 86, no mesmo bairro.

Figura 15- Fotografia do prédio do Atheneu Norte-Rio-Grandense, situado na rua Junqueira Aires, no bairro da Cidade Alta, construído em 1859, foi a primeira sede da Escola de Comércio de Natal em 1919



Fonte: SENAC, 2019



# IX SÉCULO

De acordo com Leitão (2017), os primeiros professores foram os Drs. Moisés Soares e Alberto Rosseli, respectivamente primeiro e segundo diretores, além dos lentes voluntários: os padres Calazans Pinheiro e Pedro de Paula Barbosa; João Tibúrcio, Hipólito Chabral, Tavares Guerreiro; e os irmãos Flodoaldo e Ulysses de Góis, sendo os responsáveis pela formação de profissionais com conhecimento em escrituração mercantil denominados “caixeiros”, que até então exerciam suas atividades nas firmas locais sem terem frequentado escolas ou cursos de especialidade, somente guiados pela prática ou pelo empirismo.

A intenção da Escola de Comércio foi atender ao mercado com o curso comercial de Guarda-Livros em horário noturno, não concomitante com o exercício laboral. Foi criada diante de contextos socioeconômicos e culturais adotados na capital, quando melhoramentos urbanos foram necessários para dotar a cidade de Natal das condições físicas apropriadas para a transformação da sua função econômica, para além de centro administrativo do estado.

Nesse sentido, a preocupação com as limitações da estrutura da cidade e do porto de Natal esteve bastante presente no discurso dos administradores locais da província ao longo do século XIX. Os problemas que a área portuária trazia para navegação eram apontados como uma das grandes causas da estagnação econômica que acompanhava não só a capital, mas o próprio Rio Grande do Norte nesse século.

Com a impossibilidade de receber navios de maior porte em seu ancoradouro, o questionamento da posição de Natal enquanto capital e centro comercial da província passou a ser colocado em evidência, já que a cidade não conseguia realizar o escoamento da produção que vinha do interior (ARRAIS, 2008).

Figura 16- Os navios no Porto de Natal



As melhorias no porto e a tentativa paulatina de superação de obstáculos naturais, tornando-o mais funcional para inserção da província e estado do Rio Grande do Norte no cenário comercial mundial. Queremos tão somente chamar a atenção para o fato de que o porto foi, de fato, um elemento de modernização da cidade de Natal (A REPÚBLICA, 27/04/1921).

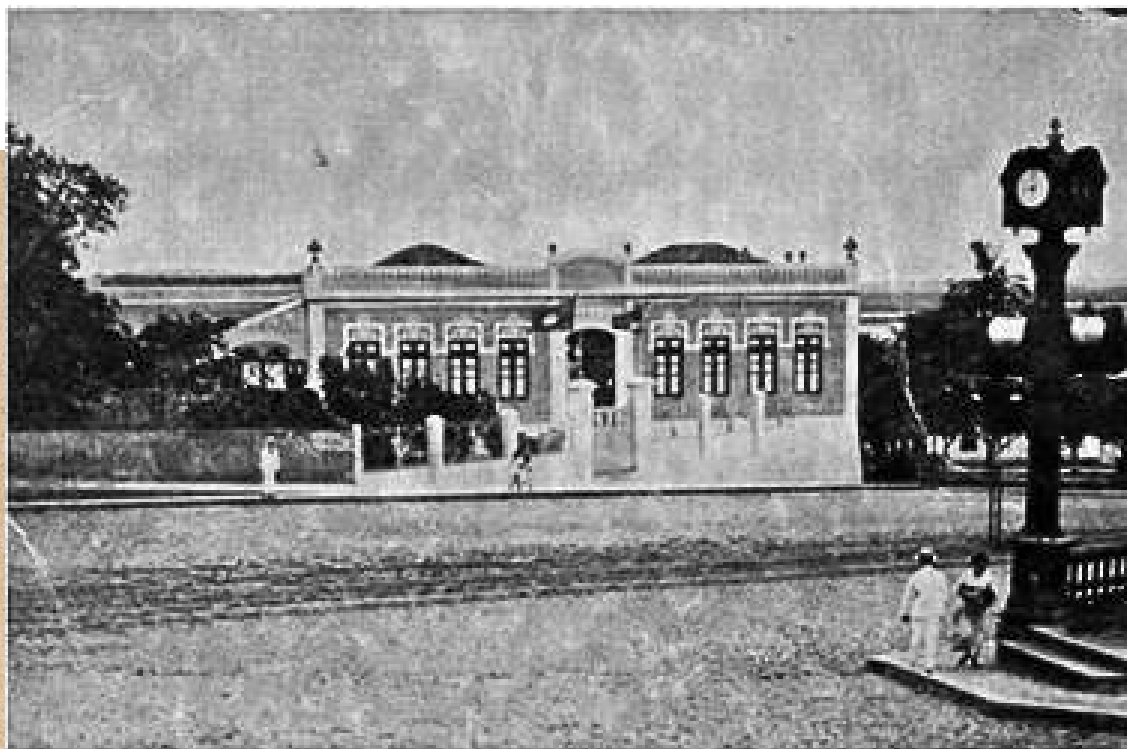
Saiba mais!



Na passagem do século XIX para o XX, diversas cidades brasileiras vivenciavam intensos processos de modernização à medida que acompanhavam o desenvolvimento do capitalismo industrial. Ao longo destes, a paisagem dos espaços urbanos foi modificada, incorporando a estes novos ideais, valores e práticas buscadas nos grandes centros urbanos mundiais da época, entre elas Londres, Paris e Nova York.

Na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, tais mudanças no espaço urbano também estiveram presentes em ações como a construção de um novo bairro – Cidade Nova – em 1904, bem como de novas avenidas e jardins, introdução de novos serviços urbanos como o bonde e a reforma do Teatro Carlos Gomes, ações essas que tinham como objetivo introduzir uma parte do mundo europeu moderno na pequena Natal, afastando a antiga e indesejada imagem de cidade colonial, encarada como sinônimo de atraso (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008).

Figura 17- Avenida Junqueira Aires



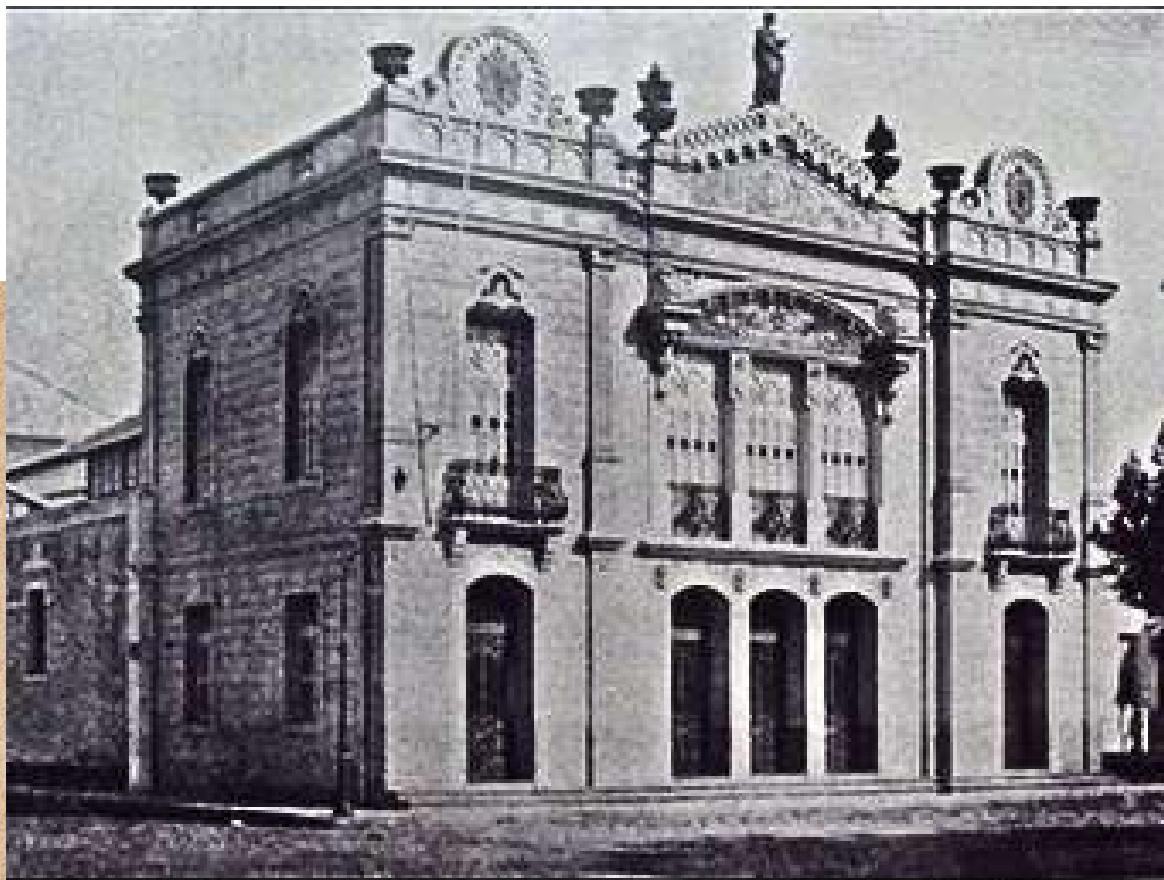
**Avenida Junqueira Aires**, com detalhe para o relógio movido à eletricidade e suas luminárias. Na sequência, a balaustrada.

Fonte: CD Natal 400 anos, 2023.

Saiba mais!

Em 1908, sob a segunda administração de Alberto Maranhão, segundo Mariz e Suassuna (2005, p. 222), “iniciou-se uma grande dinamização da administração, com contratos e execuções de obra que se traduziam como uma verdadeira revolução”. No final do seu mandato, em 1914, várias realizações foram efetivadas.

**Figura 18 - Teatro Carlos Gomes – Atual  
Alberto Maranhão – após sua reforma  
de 1912**



Saiba mais!

Fonte: Camara,  
Amphiloquio. Scenarios  
norte-riograndeses, 1923



Apesar da transformação urbanística e econômica natalense, graves problemas sociais assolavam a capital, ocasionados pela migração de uma legião de retirantes oriundos do interior devido aos períodos de seca prolongada iniciados em 1902. Esses indivíduos se concentraram na periferia de Natal, procurando as condições mínimas de trabalho na capital. Parte desta população trabalhou nas obras de melhoramentos do porto, da estrada de ferro Central do Rio Grande do Norte, da abertura e alargamento de ruas e da modernização do espaço urbano.

Para Telles (1999), neste assentar-se na cidade, nos espaços e bairros populares, carentes de infraestrutura, operou-se a passagem da condição de retirante para a de trabalhador, de operário das poucas fábricas existentes.

Em Natal, é sintomático que a primeira grande intervenção urbana a inaugurar o século XX seja o projeto de expansão da cidade por meio da criação do novo bairro, o chamado "Cidade Nova". Tal intervenção se constituiu como nova e radicalmente oposta à cidade colonial, com suas ruas largas em xadrez, facilitando a penetração dos ventos dominantes, com exigências de recuos para insolação e ventilação das habitações (FERREIRA, 2001).

Na narrativa de Cascudo, os anos 1920 conformaram esse momento de fundação da cidade (moderna) em que Natal assumiria a condição que lhe foi outorgada havia mais de três séculos.

A leitura sobre a reforma da Avenida Junqueira Ayres é muito emblemática para a interpretação desse processo, na qual, no final da década de 1920, passavam os bondes e os ônibus rumo à Av. Tavares de Lira. Pela Av. Junqueira Ayres, passavam muitos daqueles que tinham seus afazeres entre os bairros da Ribeira e da Cidade Alta (FERREIRA, 1999).

## Figura 19 - Av. Tavares de Lira, na Ribeira. Grande centro comercial no início do século XX



Fonte: Fatos e Fotos de Natal Antiga, 2023

Saiba mais!



É nesse contexto que surge a Natal moderna, os trabalhadores da atividade comercial e a Escola de Comércio de Natal como expoente do Curso de Comércio no Rio Grande do Norte. Conforme abordado, o ensino nessa época era, geralmente, de iniciativa dos movimentos religiosos, no caso específico de Natal, o Bispo Dom Antônio dos Santos Cabral fundou a primeira Congregação Mariana em Julho de 1919, originando a Escola que reuniu personalidades importantes do ensino como Lauro Wanderlei, Vital e Afonso Jofeli, Sérgio Severo, José Fabricio, Carlos Augusto, Alberto de Gois, Joel de Brito e Alberto Wanderlei.

A partir desse momento, segundo Gois (1961), assentadas as bases, foi composto o corpo docente e ao Governador Ferreira Chaves solicitou-se permissão para o funcionamento noturno da Escola no Ateneu, que não somente deu aprovação, mas, posteriormente, reconheceu a Escola de utilidade pública.

Matricularam-se 140 alunos, entretanto em disciplinas avulsas que a Escola adotava. Além do Curso regular, estavam figuras ilustres e personalidades políticas entre os matriculados (GÓIS, 1961). Observamos a fundação da escola de comércio, é possível vermos os traços da cultura da época e como eram os comportamentos daquela sociedade com a presença marcante da igreja católica como responsável por inserir seus modelos de educação.



Figura 20 - Jornal A Ordem, 1943



Fonte: BNDigital, 2022.

Nesse contexto, a Escola de Comércio de Natal, reconhecida de utilidade pública através de um Projeto do deputado Alberto Maranhão, convertido na lei 5.154, de 10.01.1927, mantinha o regulamento de 1926 com o Curso Geral obrigatório de 4 anos, conforme o Decreto n.º 1.339 de 1905, conferindo o diploma de Contador, em vez de Guarda-livros e o Curso Superior, facultativo de 3 anos com o diploma de Graduado em Ciências Econômicas, em lugar de Chefe de Contabilidade.” (GÓIS, 1961, p. 83).

Nesse momento, é possível vislumbramos o avanço e a formação do ensino superior aliado ao ensino técnico, visto que nesse período o ensino superior começa a ser difundido pelo país e diversas profissões que funcionavam em escolas técnicas, passam a ver seus cursos transformados e/ou funcionando em concomitância com o ensino superior.

Saiba mais!



É importante ressaltar que o crescimento dos cursos e a demanda por mão de obra qualificada faz com que, em 1932, comecem a aumentar a demanda por mais espaços na capital e no interior onde possam funcionar os cursos de comércio. A exemplo da capital, para além do curso que funcionava na hoje rua João Pessoa, passa a existir o curso na Escola Feminina de Comércio, fundada por Dom Antônio Cabral, também auxiliado por senhoras católicas, o qual funcionou até a criação da Escola de Comércio do Colégio Imaculada Conceição ,em 1932, foram suas diretoras as professoras Elita Souto Monte, Julia Serive, Beatriz Cortês e Dulce Wanderlei. A Escola Imaculada Conceição, extinta, e atualmente funcionando a Faculdade e Escola FACEX.

Figura 21 -Escola Imaculada Conceição – CIC, 1961



Fonte: Papjerimum, 2012.

[Saiba mais!](#)

Semelhante ao avanço na capital, no interior vão surgir, em 1935, sob auspícios da União Caixeiral, a Escola de Comércio de Mossoró, em 1940 no município de Caicó sob a tutela da Escola Santa Teresinha, e 1944 a Escola Técnica N. S. das Vitórias em Açu. Após 1954 aconteceu uma afloração das escolas técnicas por todo os Estado, inclusive nesse mesmo ano é inaugurado o curso de comércio do SENAC, conforme podemos verificar teremos cursos nas seguintes cidades:

Figura 22- Escolas de Técnicas de Comércio no RN na década de 1960



Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Góis, 1961.

Dentre as instituições fundadas no interior e a segunda implantada oficialmente no estado, a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral seguiu a natureza de uma instituição escolar, com práticas informais de ensino comercial oferecidas pela Sociedade União Caixeiral em um primeiro momento, na década de 1910.

Quando estava sob a direção de Alcides Dias e Thiers Rocha, a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral foi instalada em Mossoró. Para a sua organização, foi solicitada a ajuda da Escola de Comércio de Natal, que enviou instruções indispensáveis para a organização do processo de pedido de verificação prévia, iniciando com o curso propedêutico.

O prédio sede (e que faz parte do cenário do município até hoje) só foi construído em 1937. Também, nesse ano, “a escola foi vistoriada pelo Inspetor Federal Abdon Pimentel, que fora recomendado pelo professor Tércio Rosado, autorizando, assim, o funcionamento da escola sob o regime da Inspeção do Ministério da Educação. Todavia, a portaria que o autorizou data somente do dia 13 de agosto de 1940 – Portaria Ministerial nº 166 – publicada no Diário Oficial da União de 30 de agosto do mesmo ano” (Bandeira, 2017, p.101).

Figura 23- Prédio Reformado da Sociedade União Caixeiral, década de 1940.



Fonte: Bandeira, Tainá da Silva.  
Escola Técnica de Comércio União  
Caixeiral: gênese e dualidades de  
um processo de criação (1911 a  
1937) no município de Mossoró,  
RN. Natal, 2017.





## Quadro 9 - Cenário de expansão

Segundo Góis (1961), tal cenário de expansão do ensino comercial somente foi propiciado devido à diversas circunstâncias favoráveis, tais quais:

Menos exigências na fundação de escolas do que de ginásios;

Regulamentação da profissão de contador e a sua fiscalização pelos Conselhos Federal e Regional de Contabilidade;

Feição técnica da legislação tributária;

Organização da contabilidade nas repartições públicas;

As conquistas das leis trabalhistas;

A criação do SENAC, das autarquias, das sociedades de economia mista e de novos estabelecimentos de crédito;

Equivalência dos cursos;

Incentivo das Prefeituras Municipais;

Cooperação financeira do Poder Público às entidades privadas ;

Campanha de Expansão do Ensino Comercial;

Elevado custo de vida, conduzindo à procura de emprego, desde o menor de 14 anos;

Conteúdo moral e educativo próprio do ensino.

Fonte: Elaborado pelo autor,  
adaptado de Góis, 1961.

Nesse sentido, ressalta-se que o curso de comércio em Natal tem como seu principal expoente um dos fundadores. Ulisses Celestino de Góis, nascido em 25 de abril de 1896 em Igapó, então distrito de São Gonçalo do Amarante/RN, Ulisses fundou a Escola de Gazeteiros, que viria a se chamar Escola São Vicente de Paula, posteriormente designada Escola Técnica de Comércio de Natal. Desta feita, não poderíamos deixar de destacar a relevância desse importante personagem da história do estado e do Curso de Comércio no Rio Grande do Norte.

Figura 24 -Quadro docente da Escola de Comércio



Saiba mais!

**Figura 25 - Fotografia de Ulisses Celestino de Góis**



Fonte: CRC-RN, 2022.

O curso de comércio, que teve seu auge nos anos 1960, apresenta nas décadas seguintes um quadro de desestruturação que levou à extinção do curso em todo o estado. Assim como ocorreu com outras instituições, em 1971, a Escola Técnica de Comércio de Natal foi incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, originando a Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis.

Após a década de 1970, a escola entrou em decadência financeira e conceitual, permanecendo fechada até o ato legal da extinção de sua identidade jurídica em 10 de dezembro de 2014, e deixando como legado a constituição dos atuais cursos de nível técnico e superior da área de Gestão e Negócios, conforme veremos nos capítulos posteriores sobre o curso de comércio no Ensino Profissional, com o ressurgimento nos anos 2000, especificamente a partir do IFRN Campus Natal Zona Norte.

Saiba mais!





# CAPÍTULO IV

## O CURSO DE COMÉRCIO NO ENSINO PROFISSIONAL

## O CURSO DE COMÉRCIO NO ENSINO PROFISSIONAL

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Comércio, aprovado pela Resolução Nº 38/2012-CONSUP/IFRN, de 26/03/2012, observou-se um déficit na oferta de educação profissional, visto que essa modalidade de educação de nível médio deixou de ser ofertada pelos sistemas de ensino estaduais com a extinção da Lei nº 5.962/71.

A partir dessa lei, toda a educação profissional ficou a cargo da rede federal de ensino, mais especificamente das escolas técnicas, agro técnicas, centros de educação tecnológica, algumas redes estaduais e das instituições privadas, em particular as do Sistema “S”, que atendiam às demandas das capitais, composto de instituições corporativas voltadas à capacitação profissional, pesquisa e assistência técnica e social para áreas de atuação, como indústria, comércio, agronegócio e cooperativismo.

Figura 26 - Composição do Sistema “S”



Fonte: SENADO FEDERAL, 2023.

**Saiba mais!**

## O CURSO DE COMÉRCIO NO ENSINO PROFISSIONAL

No ensino comercial, destaca-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), fundado em 1946 pelo Decreto-Lei nº 8.621 e responsável pela qualificação dos trabalhadores no comércio. No Rio Grande do Norte, a criação da instituição foi em 1954.

Na década de noventa, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a educação profissional passou por diversas mudanças nos seus direcionamentos filosóficos e pedagógicos, passando a ter um espaço delimitado na própria lei, configurando-se uma modalidade da educação nacional.

Assim, nesse cenário, a alteração mais recente remonta a criação, em 2008 pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, a qual constituiu um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país.

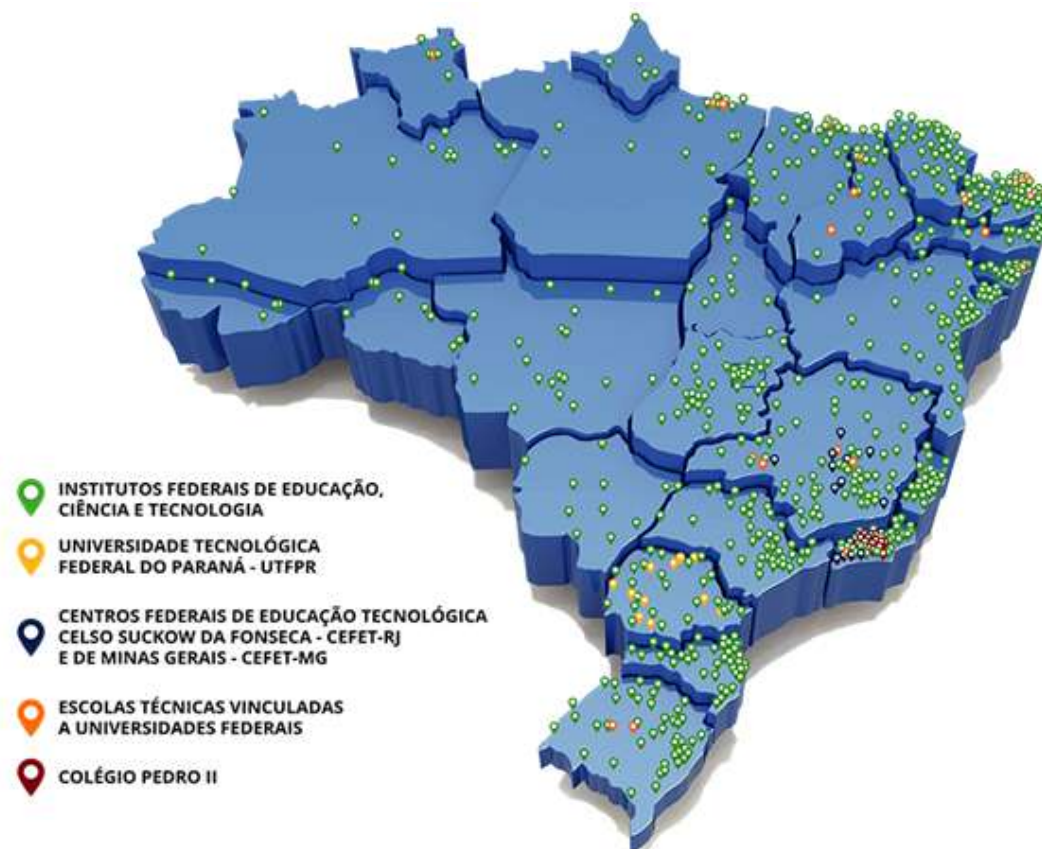
Integrante do sistema federal de ensino vinculado ao Ministério da Educação, a Rede Federal foi instituída pela reunião de um conjunto de instituições. Em 2022, a Rede Federal era composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET -MG), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Assim, considerando os respectivos campi associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 679 unidades entre as 27 unidades federadas do país, assim distribuídas:



## Figura 27 - Mapa de Distribuição da Rede Federal de Educação

Essas instituições possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

No âmbito do Ministério da Educação, compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) o planejamento e o desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo a garantia de adequada disponibilidade orçamentária e financeira.



**Saiba mais!**

Fonte: SETEC/ MEC, 2022.

No âmbito da Rede federal, dentre as centenas de cursos ofertados, trazemos em destaque os Cursos de Comércio distribuídos em diversos estados da federação:

Quadro 10 - Cursos Técnicos em Comércio na Rede Federal

CURSOS TÉCNICO EM COMÉRCIO NA REDE FEDERAL		
INSTITUIÇÃO	CAMPUS	MODALIDADE
IFB	Brasília	SUB
IFCE	Baturité e Iguatu	EMI/SUB
IFES	Guarapari	SUB
IFG	Uruaçu	EMI/EJA
IFGOIANO	Ipameri e campos Belos	EMI/SUB
IFMT	Barra do garças e Juína	EMI
IFMT	Campo Novo do Parecis e Avançado de Sinop	SUB/EMI-EJA
IFMT	Confresa, Pontes e Lacerda, Avançado de Tangará da Serra	EMI/EJA
IFMA	Bacabal	EMI/SUB
IFMA	Barra da Corda e Codó	EJA
IFMA	Carolina, Caxias, Viana	SUB
IFNMG	Araçuaí	CONC/SUB
IFRN	Natal Zona Norte e Lajes	EMI/SUB
IFRO	Jaru	EMI/SUB
IFRR	Boa vista Zona Oeste	EMI/SUB
IFRS	Canoas, restinga, Rolante, Sertão	EMI/SUB
IFFRAR	Jaguari, Júlio de Castilhos	EMI/SUB
UFSM	Camobi	EMI

Fonte: MEC, 2023.

Figura 28 - Modalidades de Ensino

No contexto da Rede Federal de Ensino, destacamos o IFRN, o qual, segundo Ferreira e Azevedo (2021) “é uma Instituição de educação básica, profissional, superior, pluricurricular e multicampi, responsável pela oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em suas práticas pedagógicas, além da associação da ciência à tecnologia”.

Nesse cenário, o IFRN oferta Educação Profissional e Tecnológica baseada na articulação entre a educação, o trabalho e a ciência e tecnologia, aliando teoria e prática e tendo o trabalho como princípio educativo, de modo a preparar o estudante para o mundo laboral e para a vida em sociedade.



\*\* Educação básica de jovens e adultos.  
 \*\*\* Cursos de curta duração(até 5 meses).

Fonte: CONIF, 2022.



A organização do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, criado em 2008, é resultado das transformações institucionais decorrentes de políticas educacionais do Governo Federal desde a sua concepção no contexto da formação da rede federal de escolas de ensino profissional, que remonta aos primeiros anos do século XX, conforme evolução abaixo:

Figura 29 - Evolução Institucional (1909-2008)

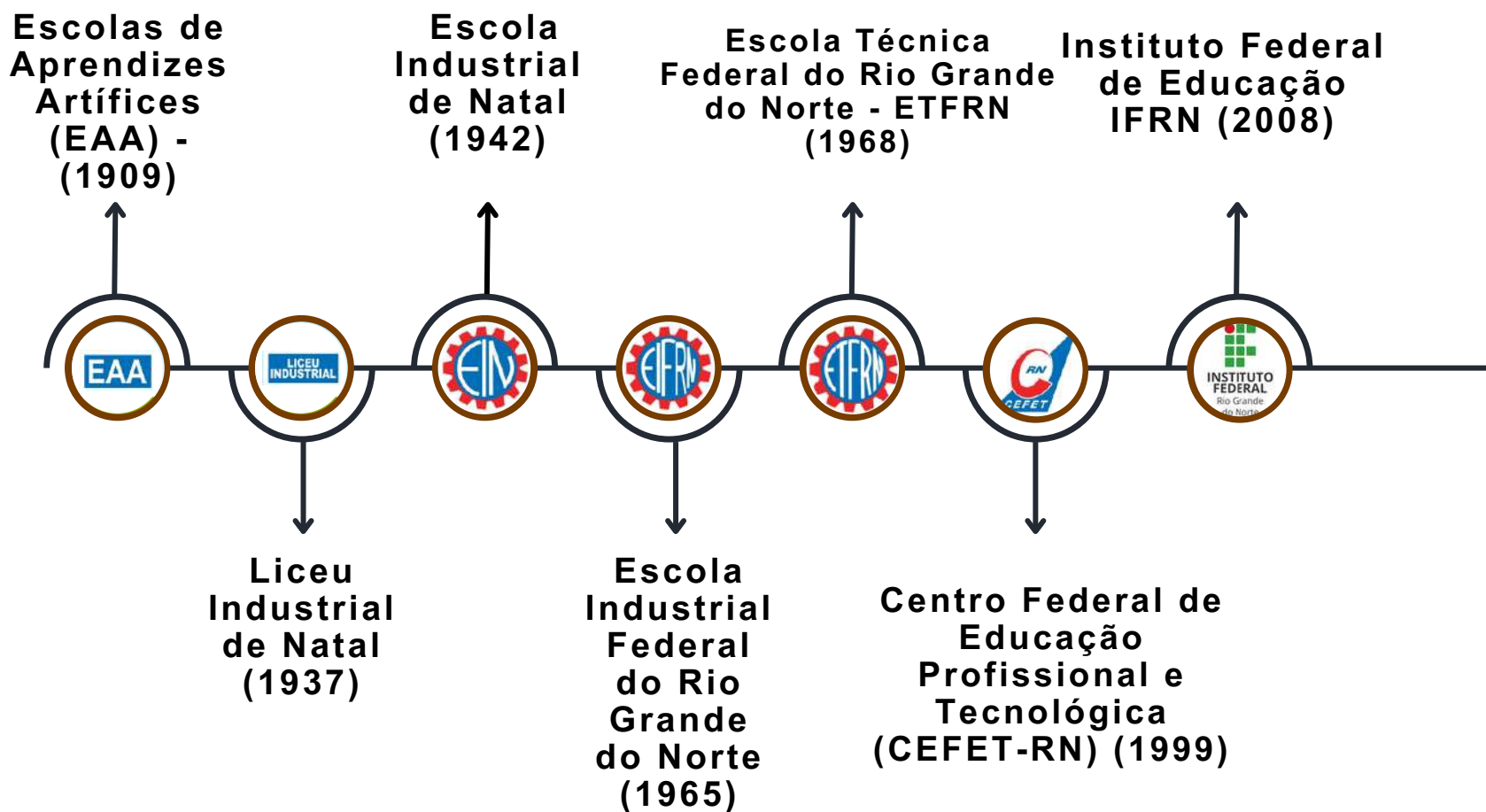


Figura 30 - Estrutura do IFRN (2023)

**23** No Rio Grande do Norte  
Incluindo a Reitoria  
e os 22 campi  
**Unidades**



**Disponibiliza 228 cursos gratuitos**

distribuídos nos mais diversos níveis, dentre cursos de formação inicial e continuada, técnicos integrados, subsequentes, pró-funcionários, superiores e de pós-graduação, ofertados de forma presencial e à distância.

**EM 19 Municípios!**

Espalhados por todas as regiões do estado, os campi estão instalados da seguinte forma: Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Jucurutu, Lajes, Macau, Mossoró, Natal, Nova Cruz, Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi.

Figura 31 – Mapa da distribuição das unidades do IFRN



Fonte: IFRN, 2023.

Nesse sentido, a formação profissional se torna um passaporte para a inserção no mundo globalizado. Todavia, pensar a educação profissional no contexto do ensino médio integrado, como o curso de comércio do IFRN Campus Zona Norte, bem como os desafios que são colocados a partir da trajetória desse curso, perpassa a “valorização da educação profissional, como repensar as ideologias neoliberais, refletir sobre a forma de acumulação capitalista e ponderar sobre a teoria do capital humano, a empregabilidade e a formação vinculada às demandas do mercado” (FERREIRA e AZEVEDO, 2021,p86).



Nesse direcionamento, quando mostramos a Rede de Educação Profissional e sua expansão após 2008, chega como grande desafio a crítica sobre a concepção humana integral, tendo em vista que, no capitalismo, a educação, de maneira geral, está ligada a teoria do capital, e busca atender os interesses hegemônicos, o que, por sua vez, não garantiria a educação em si, mas um tipo de educação voltado ao trabalho. Nesse sentido,

A formação humana integral deve contemplar as principais particularidades da vida dos indivíduos no processo educativo em sua prática social, nas dimensões trabalho, ciência e cultura e tecnologia. (RAMOS, 2014b, p.87).

Conforme Fernandes (2015), na fase I do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação, o Rio Grande do Norte foi contemplado com a implantação das Unidades de Ensino da Zona Norte de Natal, de Ipanguaçu e de Currais Novos. Sendo o primeiro inaugurado em 19 de junho de 2007 e está localizado em uma área de 30.000 m<sup>2</sup>, composto de prédios acadêmicos, administrativos e infraestrutura de parque esportivo e de lazer. Fica localizado na Rua Brusque, 2926, Conjunto Santa Catarina, Bairro Potengi, no município de Natal, Rio Grande do Norte.

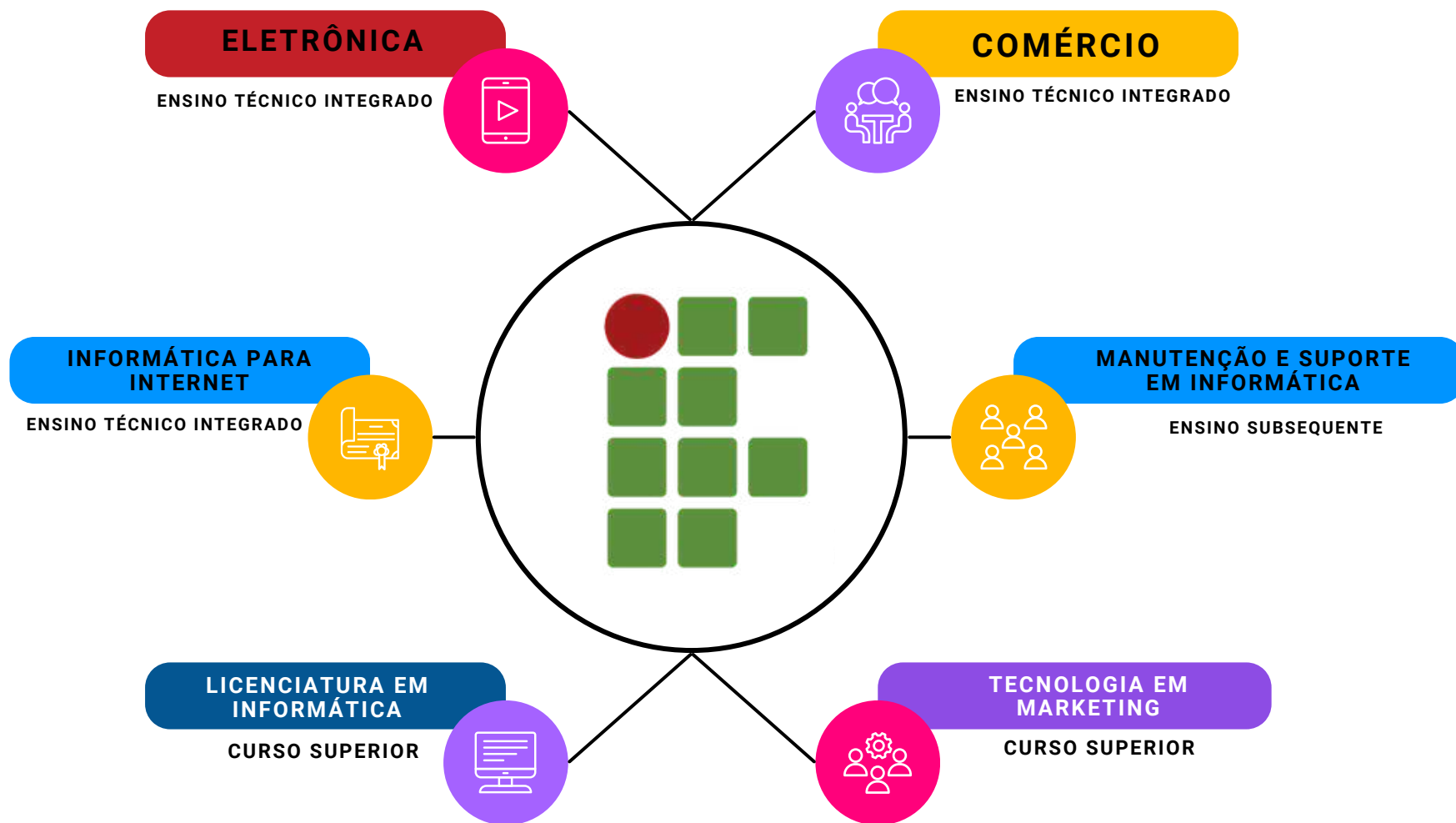
Figura 32 - IFRN Camapus Natal Zona Norte



Fonte: IFRN, 2023.

O Campus Natal Zona Norte contabiliza cerca de 1350 estudantes distribuídos nas áreas tecnológicas de Gestão e Negócios, de Eletrônica e de Informática, as quais buscam atender às necessidades nos setores de indústria, comércio e serviços, como as principais demandas produtivas da região.

Figura 33 - Cursos do IFRN Campus Natal Zona Norte



Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado do IFRN, 2023

Nesse sentido, o curso técnico em Comércio, ao integrar ensino médio e formação técnica, de acordo com o PPC(IFRN, 2012), contraria a lógica de mercado, haja vista que visa propiciar uma formação humana e integral em que o objetivo profissionalizante não tenha uma finalidade em si, nem seja orientado pelos interesses do mercado de trabalho, mas se constitua em uma possibilidade para a construção dos projetos de vida dos estudantes (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005).

Essa discussão perpassa pela própria questão da identidade do curso, de como o aluno se percebe exercendo ou não essa profissão atualmente e suas impressões sobre o curso de comércio.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC/IFRN, 2012, p.7), no âmbito do estado do Rio Grande do Norte, “a oferta do Curso Técnico Integrado em Comércio, presencial, se alinha às novas tendências de crescimento do país para preparar profissionais que estejam aptos a atender as demandas de um dos segmentos que mais crescem não só no estado, mas em todo o país, como o de comércio”.

O curso se apresenta, na área de Gestão e Negócios, para atender a necessidade de qualificação técnica exigida pelo mercado. Assim, no currículo dos cursos técnicos integrados, o Ensino Médio é concebido como última etapa da Educação Básica, articulado ao mundo do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia, constituindo a Educação Profissional.

A partir deste cenário, passa a ser ofertado, no ano de 2008, no Campus Natal – Zona Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o Curso Técnico de Comércio nas modalidades de Ensino Médio Integrado (EMI) e Educação de jovens e adultos (EJA). O curso tem como objetivo “formar um profissional-cidadão, técnico de nível médio, capaz de articular teoria à prática, demonstrando conhecimentos, competências, habilidades e atitudes para o desenvolvimento das atividades inerentes aos métodos de comercialização de bens e serviços” (PPC, 2012, p. 10).



É válido ressaltar que o processo de implantação do campus Zona Norte se deu, sobretudo, devido à preferência do Governo Federal em priorizar áreas periféricas da grande cidade para a instalação do instituto, de modo a atender parte mais carente da população. Nesse contexto, em relação à implantação dos cursos na unidade referida, recorreu-se à comunidade local, por meio de uma reunião com “um tipo de associação do comércio”, moradores e servidores, os quais indicaram veementemente o curso Técnico em Comércio à implantação devido à alta atividade comercial na região (SOUSA, no prelo).

Diante desse contexto, surge a nomenclatura adotada para o curso que está em funcionamento desde 2008, tendo sido responsável pela formação de centenas de profissionais técnicos em comércio, ofertando educação de qualidade para uma formação cidadã-crítico-reflexiva e emancipativa dos sujeitos inseridos no mundo do trabalho e na sociedade em seu sentido mais amplo. Dessa forma, o Curso Técnico de Comércio do Campus Natal Zona Norte, remanescente secular da educação comercial, conforme verificado nos capítulos anteriores do material educativo apresentado, segue contribuindo para o crescimento da educação profissional e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegado o final desta obra, cuja proposição foi analisar a narrativa histórica sobre as origens, da importância e da trajetória das instituições escolares voltadas ao ensino comercial, e, nesse escopo, vislumbrar o percurso iniciado com as aulas de comércio originárias em Portugal no século XVIII e que, posteriormente, chegaram as terras brasileiras trazidas pela coroa portuguesa em 1808, tendo relevância secular no desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro. Sendo o curso de comércio um dos primeiros formatos de educação profissional a chegar de fato ao Brasil.

Nesse sentido, ressalta-se que esse modelo educacional, notadamente de cunho pragmático e voltado para atender as necessidades do mercado, teve sua importância, notabilidade social e dificuldades de afirmação, a depender do contexto histórico, das nuances políticas e econômicas, comprovado, assim, o modelo educacional existente no Brasil, marcado historicamente pelo dualismo estrutural.

Assim, faz-se relevante entender que as profissões e seu reconhecimento perpassam pela identidade social e pela relevância que elas vão tendo socialmente, bem como que todas as profissões são regidas pela história e complexidade das políticas econômicas e sociais.

Por fim, na perspectiva de termos alcançado os objetivos estimados durante a pesquisa, esperamos que esse material educacional paradigmático possa ser utilizado, pelos interessados no tema, como instrumento de reflexão histórica, política e pedagógica a cerca da importância do Curso de Comércio na história da educação profissional.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W. G. E RODRIGUES, L. L. As primeiras Aulas do Comércio do Brasil no século XIX. Comunicação apresentada ao XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, 2013. (Lisboa, 10-11 Out.), 1-23.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRN, 2008.

AZEVEDO, Mário C. A Aula do Comércio, primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo. Lisboa: Edição da Escola Comercial Ferreira Borges, 1961.

BAUSBAUM, Leônico. História sincera da República: das origens até 1889. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

BIELINSKI, A. C. Educação profissional no século XIX. Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/824/713> . Acesso em: 30 de outubro de 2021.

CABRAL, Dilma. Aula de Comércio (1808-1821). In: Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Colonial (1500-1822). Disponível em: <<https://goo.gl/2TNYWi>> Acesso em: 4 abr. 2023.

CABRAL, Dilma. Código Comercial. In: Dicionário Online da Administração Brasileira do Período Imperial (1822-1889). Disponível em: <<https://goo.gl/BhK6g5>> Acesso em: 12 mar. 2023.

CASTRO, Cláudio de Moura. A Primeira escola técnica e a formação da tecnocracia portuguesa: a Aula de Comércio na era pombalina. Versão modificada do prefácio do livro. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Aula de Comércio. Rio de Janeiro: Fundação Xerox, 1982.



CHAVES, Cláudia . As Aulas de Comércio no Império Luso-brasileiro: o ensino prático profissionalizante. In: Andréa Doré; Antonio Cesar de Almeida Santos. (Org.). Temas Setecentistas: Governos e Populações no Império Português. 1ªed.Curitiba: UFPR/Fundação Araucária, 2008, v. 1, p. 267-276.

CHAVES, Cláudia. Métodos e Práticas do ensino mercantil profissionalizante no império Luso-brasileiro (1788-1822). In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, VI, 2006, Uberlândia. Anais..., 2006. p. 4324-4334.

DUARTE, C.; GONÇALVES, M.; GÓIS, C. “CRESCER E MULTIPLICAR-SE”: AS SETE AULAS DO COMÉRCIO PORTUGUESAS (1759-1821), COM PARTICULAR REFERÊNCIA PARA AS FUNDADAS NO BRASIL. ConTexto - Contabilidade em Texto, Porto Alegre, v. 21, n. 47, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/108411>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Racionalidades e Ambiguidades da Organização Instituto Federal: o caso do Rio Grande do Norte. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação). Braga, Portugal, 2015.

FERREIRA, Angela L. A. Os "Indesejáveis" na Cidade: As Representações do Retirante aa Seca (Natal, 1890-1930). Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.Universidad de Barcelona [ISSN1138-9788] Nº 94 (96), 1 de agosto de 2001.

FERREIRA, Angela L. A. Câmara Cascudo e a Construção da (História aa) Cidade: Representações e Saber Urbanístico nos Anos 1920. Natal: IHGRN, 1999. Disponível em: [https://hcurb.ct.ufrn.br/\\_assets/modules/projetosvinculados/projetovinculado\\_172.pdf](https://hcurb.ct.ufrn.br/_assets/modules/projetosvinculados/projetovinculado_172.pdf). Acesso em: 25 outubro de 2021.

FERREIRA, Etienne Figueiredo; AZEVEDO, Márcio Adriano de. Avaliação política da política de assistência estudantil: repercussões frente à expansão da educação profissional no IFRN [recurso eletrônico] – Dados eletrônicos -João Pessoa: Ideia, 2021. <https://www.ideiaeditora.com.br/produto/avaliacao-politica-da-politica-de-assistencia-estudantil-repercussoes-frente-a-expansao-da-educacao-profissional-no-ifrn/>. Acesso em 01 de junho de 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs). Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GOIS, Ulisses de. O ensino comercial em Natal: contribuição ao I Seminário de Estudos de Problemas de Educação e Cultura no município do Natal. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal, v. 54, p. 78-86, 1961.

HISTÓRIA DIRETO AO PONTO, canal. Vinda da família real para o Brasil. Youtube, 14 julho 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KD7bDvDic0M>.

HISTÓRIA E TU, canal. Como um terremoto, um tsunami e vários incêndios destruíram Lisboa em 1755. Youtube, 16 julho 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gY-3Ag4ijSs>.

LEITÃO, Jucileide Ferreira. Ulysses Celestino de Góis: O líder e servidor da Humanidade. ACADERNCIC. Natal, 2017.

LOPES, Tomás Monteiro - História Política e Administrativa do Brasil : D.João VI e a Administração Pública Brasileira. Revista do Serviço Público. Julho, 1959. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/3763/2174/11336>. Acesso em 15 de maio 2023.

MAGALHÃES, Justino. Da Cadeira ao Banco: Escola e Modernização (Séculos XVIII-XX). Educa: Lisboa, 2010.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo B. História do Rio Grande do Norte. Natal: Edições do Sebo Vermelho, 2005.

MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo. Trad. Antonio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.

PELEIAS, I. R., Silva, G. P. da, Segreti, J. B., & Chiroto, A. R. (2007). Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica . Revista Contabilidade & Finanças, 18(spe), 19-32. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34221/36953>. Acesso em: 1 de setembro de 2021.

PEREIRA, J. M. O Caixeiro e a Instrução Comercial no Porto Oitocentista: Percursos, Práticas e Contextos Profissionais. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2001.

RAMOS, Marise. História e Política da Educação Profissional. 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014b. E-book. (Coleção formação pedagógica; v. 5)

RATTON, J. Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal, Durante o Lapso de Sessenta e Três Anos e Meio, aliás de Maio 1747 a Setembro de 1810. Londres: H. Bryer, 1813.

SANTANA, Francisco (1989). A Aula do Comércio de Lisboa (1759-1844). Lisboa - Revista Municipal.

SCHWARTZMAN, Simon et al. Tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra/ Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. Faculdade de educação da UNICAMP, São Paulo, 2006.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass; Estabelecimentos de ensino comercial existentes no Brasil – 1946. História da Educação, vol. 23, e94497, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3216/321660471038/html/>. Acesso em: 25 outubro de 2021.



SILVA, Ana Rosa Cloclet da. “A Formação do homem-público no Portugal Setecentista: 1750-1777”. In: Revista Intellectus, ano 2, vol. II, 2003, 31 p. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27575/19768>. Acesso em 31 de maio 2023.

SOARES, F. S. O professor de Matemática no Brasil (1759-1879): Aspectos Históricos. 2007.172f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [http://www.livrosgratis.com.br/arquivos\\_livros/cp076148.pdf](http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp076148.pdf). Acesso em 20 de maio 2023.

SOUSA, A. S. La política de expansión de educación superior y su implementación: la mirada de los burócratas del escalón intermedio en el caso de las IFES de Rio Grande do Norte (2004-2014). Universidad Nacional de La Plata. 2023. No prelo.

TELLES, V. S. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno. In Direitos sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, p.77-134, 1999.